



## Deputado Chico Vigilante requer ao Ministério da Saúde a inclusão dos vigilantes no grupo prioritário de vacinação em todo o país



O deputado distrital Chico Vigilante (PT/DF) encaminhou ofício ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no qual requer a inclusão dos vigilantes no grupo prioritário de vacinação contra a COVID-19 em todo o Brasil. O pedido, enviado nesta segunda-feira (29), se respalda no Decreto nº 10.282/2020 que incluiu as atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, como atividades essenciais para o combate à pandemia.

“Como categoria essencial, esses trabalhadores estão na linha de frente no enfrentamento ao vírus, arriscando suas vidas

e de suas famílias perante o alto nível de contágio do coronavírus”, justifica o distrital.

Segundo o parlamentar, o pedido ao Ministério da Saúde se justifica diante do agravamento da pandemia em todo o Brasil. “Percebendo o número crescente de mortes diárias de vigilantes que se contaminam no exercício de suas funções, espero contar com o apoio do Ministro da Saúde na implementação da medida sugerida que finda reforçar os protocolos de combate ao coronavírus”.

FONTE: ASSESSORIA CHICO VIGILANTE



# LICITAÇÃO SEC/INTERIOR: ETAPA DE PREÇOS CLASSIFICA 10 EMPRESAS



Na última quarta-feira, 24, a Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB realizou a etapa de abertura de preços do processo de licitação na modalidade de RP – Registro de Preços (nº 022/2021) para escolas do INTERIOR (Alagoinhas, Feira, Santo Antonio de Jesus, Serrinha, Eunapolis, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Porto Seguro, T. de Freitas, V. da Conquista, Barreiras, Juazeiro, Medeiros Neto e Paulo Afonso).

É bom esclarecer também que registro de preço é uma “compra para deixar na prateleira”, sendo chamado na hora que precisar.

Com base nos preços, 10 empresas foram classificadas, na ordem a seguir. Depois tem outras etapas (documentação, etc.) que pode eliminar algumas e alterar a ordem.

Para a boa informação e orientação de todos, por enquanto é isto.

O seu Sindicato está atento e qualquer novidade emitiremos comunicação oficial.

#### **A lista das classificadas:**

- 1º - TOPSEG
- 2º - JAVA
- 3º - GENERAL SECURITY
- 4º - ALFORGE
- 5º - GUARDESECURE
- 6º - NAFSEG
- 7º - VIGSEG
- 8º - MAP
- 9º - GESTALT
- 10º - ASA BRANCA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

# Sindsegur notifica DNOCS sobre atraso de salário dos vigilantes da DMB Segurança



Nesta segunda-feira, 29 de março, representantes do Sindsegur notificaram o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) sobre o atraso de salários dos

vigilantes da DMB Segurança que trabalham nos postos de serviço do órgão.

Segundo representantes da empresa, o salário ainda não foi pago devido ao atraso no repasse de alguns contratos. Mas informaram que a questão será resolvida ainda esta semana.

Nossa entidade está atenta e vai continuar cobrando da empresa até que a mesma quite os débitos com os trabalhadores.

O papel do sindicato é defender o trabalhador, por isso a direção do Sindsegur vai continuar notificando e denunciando as empresas que descumprem direitos e cobrar, política e juridicamente, que tais empresas assumam a responsabilidade de cumprir seus compromissos trabalhistas.

FONTE: [sindsegur](#)

## Aumenta desânimo com economia e setor financeiro prevê inflação alta e queda do PIB

Estimativa do mercado financeiro para o índice de inflação oficial (IPCA), subiu de 4,71% para 4,81%. Cálculo para 2021 está acima do centro da meta, que é de 3,75%



O Boletim Focus com as projeções do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos do Brasil, publicado pelo Banco Central toda semana, mostra que aumentou o desânimo com a economia do país, que segue em queda e, após dois anos da gestão de Jair Bolsonaro (ex-PSL) o governo ainda não apresentou uma proposta de desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda. O que sobra no Ministério da Economia de Paulo Guedes é proposta de medidas provisórias retirando



direitos da classe trabalhadora.

A edição desta segunda-feira (29) do Boletim Focus, manteve a projeção de alta para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), inflação oficial do Brasil, e de queda da economia em 2021. A previsão do IPCA subiu de 4,71% para 4,81%. Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,51% e para 2023 e 2024, 3,25%.

Já as projeções para o crescimento da economia brasileira este ano caíram de 3,22% para 3,18%. Para 2022, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento ainda menor, de 2,34%. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2,50%.

### Taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é

que a Selic encerre 2021 em 5% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica suba para 6% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6,50% ao ano e 6,38% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas podem dificultar a recuperação da economia. Além disso, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Com informações da Agência Brasil.

Fonte: CUT - Escrito por: Redação CUT

# Senado pode votar nesta terça projeto sobre equiparação salarial

**Ideia é estabelecer multa para empresa que mantiver homens e mulheres com mesmo cargo e função, mas vencimentos diferentes**

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



Senadores em votação virtual

O Senado deve votar nesta terça-feira (30) o projeto de lei que estabelece multa por discriminação caso empresas adotem salários diferentes para trabalhadores homens e mulheres que exerçam atividades idênticas na mesma função.

O texto insere a previsão de multa por discriminação salarial entre os sexos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A empresa multada deverá compensar a funcionária alvo da discrepância com o pagamento de valor correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período de contratação.

A proposta é originária da Câmara, de autoria do deputado Marçal Filho (MDB-RS), em 2011. Ela tem parecer favorável do relator, o senador Paulo Paim (PT-RS).

O objetivo é ajudar a reverter a diferença salarial ainda existente entre homens e mulheres no país. Em 2019, as mulheres ganharam em média R\$ 1.985 por mês. O valor corresponde a 77,7% da remuneração de R\$ 2.555 ofertada aos homens no mesmo período.

FONTE: R7

# Congresso desvia recursos de área social e trabalhista para obras eleitoreiras

**É um ataque ao Estado brasileiro e à sua capacidade de enfrentar esta crise sanitária sem precedentes, criticou o PT. Trabalhador vai pagar a conta da crise, diz economista**

PABLO VALADARES / CÂMARA FEDERAL



Sessão de votação do Orçamento da União, no Congresso

O Congresso Nacional aprovou por maioria dos votos o projeto de Orçamento Geral da União de 2021, na semana passada, mais preocupado em abrir brechas para repasse de recursos de emendas parlamentares, que rendem votos nas eleições, do que na situação econômica, sanitária e social do Brasil. O resultado é que, mais uma vez, os trabalhadores e as trabalhadoras é que vão pagar a conta da crise econômica.

O relator do projeto, senador, Márcio Bittar (MDB-AC), aliado do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), retirou R\$ 26,5 bilhões dos recursos do seguro-desemprego, da Previdência Social, da educação, da saúde, do meio ambiente, do programa de apoio à agricultura familiar e do abono salarial. Os recursos foram destinados a projetos a serem executados nas bases eleitorais de congressistas, visando as eleições de 2022.

Além disso, o orçamento abre brechas para mudanças prejudiciais aos trabalhadores no pagamento do auxílio-doença e do seguro-desemprego.

Somente os R\$ 26,5 bilhões retirados das áreas sociais poderiam pagar, pelas contas do economista e assessor do PT no Senado, Bruno Moretti, mais de R\$ 400 por beneficiário do novo auxílio emergencial. O governo vai pagar valores de R\$ 150, R\$ 250 e, no máximo, R\$ 350 e ainda endureceu regras retirando cerca de 20 milhões de pessoas de ter acesso ao benefício.

”Se o relator abriu espaço no orçamento por que não utilizar esses bilhões para pagar um benefício maior, abrir novos leitos de UTI para ajudar no combate à pandemia, incentivar a produção de alimentos, que tem tido uma inflação de 20% nos últimos 12 meses, ou ainda reeditar o programa de manutenção de emprego e renda?”, questiona Moretti.

O combate à pandemia, por exemplo, foi prejudicado, segundo Moretti, porque os R\$ 8 bilhões a mais do orçamento destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) serão alocados não de acordo com as prioridades da saúde, mas por uma lógica puramente política da base do governo.

Já o Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda (BEm), que prevê redução de jornada e salários e suspensão de contratos, que segundo o Ministério da Economia, ajudou a preservar mais de 10 milhões de empregos durante a pandemia, não recebeu um centavo sequer no orçamento.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por sua vez, foi cortado em R\$ 1,35 bilhões, afirma Moretti. A agricultura familiar responde por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, mas isso os parlamentares não levaram em consideração. .

## **Orçamento abre brecha para o governo mudar regras do auxílio-doença e do seguro-desemprego**

Outro ponto criticado pelo economista é que o orçamento aprovado abre a possibilidade de Bolsonaro fazer mudanças no pagamento do auxílio-doença e no seguro-desemprego.

Isto porque, o relator do orçamento, Márcio Bittar, ao transferir verbas para os parlamentares, condicionou parte desta transferência à mudanças na lei do auxílio-doença. Caso o governo não mude a lei, parte dos valores repassados às emendas retorna à Previdência.

Segundo Moretti, já há uma discussão no Executivo para transferir o pagamento do auxílio-doença para as empresas. Hoje, os primeiros 15 dias de licença são pagos pelos empregadores e o restante do tempo pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em troca de assumir o pagamento do auxílio-doença, retirando do governo esta obrigatoriedade, as empresas teriam mudanças favoráveis no pagamento de impostos.

”O que pode acontecer é que muitas empresas podem simplesmente não pagar o auxílio-doença e o trabalhador ter de recorrer a ações judiciais para receber um direito que é dele, e ainda pode perder o emprego em retaliação”, critica o economista.

O dinheiro retirado do seguro-desemprego, despesa obrigatória do governo, também foi destinado a emendas parlamentares. Mas, para Moretti, o relator do orçamento comete mais um erro, pois a previsão de analistas econômicos é de queda maior do Produto Interno Bruto (PIB) e conseqüentemente, aumento do desemprego, que já alcança mais de 14 milhões de pessoas.

”Existe também uma proposta da equipe econômica em diminuir o valor em 10% a cada parcela paga do seguro. Com isso, o trabalhador receberia menos do que a atualmente. São duas propostas que mexem demais com os trabalhadores”, alerta Bruno Moretti.

## **Dinheiro retirado da Previdência**

O corte na Previdência, segundo o relator do orçamento, Márcio Bittar, foi possível graças à reforma e a lei do pente-fino nos benefícios, que tem dificultado o acesso aos seus direitos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Mas, o economista Bruno Moretti explica que o dinheiro da Previdência é gasto obrigatório do governo, e o relator ao retirar parte da verba subdimensionou os valores a serem pagos aos beneficiários.

“Esse dinheiro vai ter de voltar aos cofres da Previdência por que quando o governo notar que não tem mais dinheiro para essa despesa terá de bloquear o recurso de algum lugar, inclusive das verbas de emendas, ou reduzir ainda mais o orçamento para que não ultrapasse o teto de gastos públicos”, diz

Para ele, o relator, neste caso, fez uma obra ficcional para atender interesses da bancada parlamentar do governo visando a disputa eleitoral, mas dificilmente poderá cumprir este acordo, no que tange à Previdência.

“No entanto, o governo pode ainda retirar dinheiro de funcionamento dos órgãos públicos, que já estão no ‘osso’, aí sim, prejudica o atendimento à população”, ressalta Moretti.

### **Como ficou o orçamento aprovado**

O Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho, foi um dos mais beneficiados. Após acordos autorizados pelo governo federal, sua Pasta receberá recursos de quase R\$ 21 bilhões. A proposta original do governo enviada em agosto do ano passado ao Congresso, era de R\$ 6,5 bilhões. Rogério Marinho já prejudicou milhões de brasileiros quando foi o relator da reforma da Previdência, que aumentou o tempo de contribuição e

diminuiu os valores da aposentadoria.

O relator também retirou do abono salarial R\$ 7,4 bilhões, mas como o pagamento previsto para ter início em julho foi adiado para 2022, por recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), esta redução se tornou desnecessária.

Foram preservados os recursos para o aumento salarial de militares, única categoria beneficiada com reajuste. Os demais servidores estão com os salários congelados até o final do ano, e este prazo poderá ainda ser maior após a aprovação da PEC Emergencial. Os militares ficaram com 22% dos investimentos do governo de um total de R\$ 37,6 bilhões.

### **Censo demográfico**

A verba para Censo Demográfico de 2021 também foi reduzida, de R\$ 2 bilhões para apenas R\$ 170 milhões, deixando a aplicação da pesquisa nacional inviável.

A proposta aprovada pelo Congresso Nacional segue para sanção presidencial.

### **PT tentou barrar orçamento**

Embora a bancada do PT tenha votado contra a proposta foi voto vencido. O coordenador da Bancada do PT na Comissão Mista do Orçamento (CMO), deputado Afonso Florence (PT-BA), afirmou que esta proposta orçamentária é muito ruim, porque retira dinheiro da educação, da saúde, da assistência social, do meio ambiente, do programa de apoio à agricultura familiar, do seguro-desemprego, do abono salarial e de benefícios previdenciários.

“Nós do PT consideramos que esse orçamento é um ataque ao Estado brasileiro e à sua capacidade de enfrentar esta crise sanitária sem precedentes, que se agrava na saúde e na economia também”, criticou.

### **\*Edição: Marize Muniz**

**FONTE. CUT - Rosely Rocha**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF